



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 17 de maio de 2024
(OR. en)

9775/24

LIMITE

**ENER 222
ENV 504
CLIMA 198**

NOTA

de: Presidência
para: Comité de Representantes Permanentes/Conselho

Assunto: Pacto Ecológico Europeu – Ponto da situação e próximas etapas
= Troca de pontos de vista

Tendo em vista o Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) de 30 de maio de 2024, envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento de reflexão da Presidência sobre o ponto da situação e as próximas etapas do Pacto Ecológico Europeu.

**Documento de reflexão da Presidência
Pacto Ecológico Europeu****Ponto da situação e próximas etapas**

Desde o lançamento do Pacto Ecológico Europeu há menos de cinco anos, a Comissão Europeia e os legisladores concretizaram o quadro estratégico e regulamentar que permite a consecução das metas em matéria de clima e energia para 2030 e que a Europa continue no bom caminho rumo à neutralidade climática e a uma economia sustentável até 2050.

Pouco depois de assumir funções, a presidente Ursula von der Leyen anunciou o Pacto Ecológico Europeu¹ como uma estratégia global de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva. No âmbito desta estratégia, a Comissão comprometeu-se a dar resposta aos desafios energéticos, climáticos e ambientais e a alcançar a neutralidade climática até 2050, em conformidade com o Acordo de Paris.

Neste contexto, até 2024, os legisladores tinham chegado a acordo sobre um grande número de iniciativas legislativas relacionadas com a energia – a maioria das quais já entrou em vigor – transformarão o panorama energético na Europa durante os próximos anos. Além disso, os planos nacionais em matéria de energia e clima (PNEC) dos Estados-Membros desempenham um papel fundamental na consecução das metas acordadas a nível da UE e dos objetivos do Pacto Ecológico. Ao introduzir o primeiro quadro pan-europeu de planeamento estratégico prospetivo, os PNEC contribuem para a estabilidade e previsibilidade das políticas, proporcionando a segurança necessária aos investidores para impulsionar os investimentos na transição para energias limpas.

¹ COM(2019) 640 final.

À medida que a transição para energias limpas entra na sua fase de execução, a tónica deve agora ser colocada na obtenção rápida e uniforme de resultados com base no quadro acordado em todos os Estados-Membros da UE. Apesar dos progressos significativos realizados durante os primeiros cinco anos do Pacto Ecológico Europeu, serão necessários esforços adicionais para continuar no bom caminho para alcançar as metas da UE mais ambiciosas em matéria de eficiência energética e de energias renováveis para 2030, incluindo uma aplicação rápida e integral do quadro legislativo atualizado nos Estados-Membros, a finalização dos PNEC que sejam consentâneos com o nível de ambição acordado e a criação de um quadro facilitador que integre e permita a consecução das metas acima referidas, nomeadamente através da implantação de infraestruturas de rede.

Paralelamente, há potencial para reforçar ainda mais o atual quadro do Pacto Ecológico Europeu, com o objetivo de apoiar melhor a competitividade da UE a nível mundial.

Neste sentido, importa recordar que, em 17 e 18 de abril, o Conselho Europeu anunciou um novo pacto para a competitividade europeia para construir uma economia sólida, inovadora e resiliente e impulsionar a transição competitiva da União rumo à neutralidade climática. Ao mesmo tempo, os dirigentes da UE apelaram à concretização de uma verdadeira União da Energia, assegurando o aprovisionamento de energia abundante, a preços comportáveis e limpa, que contribua para o duplo objetivo de alcançar a soberania energética europeia e a neutralidade climática.

É necessária uma maior eletrificação para permitir que todos os setores cumpram os objetivos do Pacto Ecológico e aumentem a competitividade, e para assegurar uma transição justa para todos. Por conseguinte, o desenvolvimento de redes elétricas e o bom funcionamento de uma verdadeira União Europeia da Energia continuarão a ser fundamentais. No que diz respeito ao funcionamento do mercado interno da eletricidade, registaram-se progressos significativos na recente revisão do quadro do mercado da eletricidade. No entanto, a transição para um sistema elétrico totalmente descarbonizado trará novos desafios.

Neste contexto, e à luz dos progressos substanciais realizados no âmbito da estratégia do Pacto Ecológico Europeu, a Presidência belga gostaria de solicitar os pontos de vista das delegações sobre os dois aspetos seguintes:

1. Como podemos acelerar a execução das metas para 2030 em matéria de eficiência energética e de energias renováveis? Considera que são necessárias mais políticas, orientações, recomendações ou mecanismos de financiamento específicos da UE para apoiar o seu Estado-Membro na consecução destas metas?
2. Na sequência dos nossos debates sobre a infraestrutura da rede elétrica, que medidas adicionais (legislativas e/ou operacionais) são necessárias para alcançar uma verdadeira União da Energia?
